

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Erichsen, Lucas; de Carvalho, Alessandra Izabel

O matadouro municipal de Ponta Grossa e a historicidade da matança animal, centralizada no fim do
século XIX

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
18, diciembre, 2014, pp. 155-178
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305535325007>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O matadouro municipal de Ponta Grossa e a historicidade da matança animal, centralizada no fim do século XIX*

*Lucas Erichsen***

*Alessandra Izabel de Carvalho****

Resumo. Até a primeira metade do século XIX, a morte de animais para o consumo humano era realizada sem fiscalização e, normalmente, de forma precária. Durante esse período começaram a emergir preocupações em relação à racionalização e à modernização dos espaços urbanos. Uma intervenção cada vez maior dos poderes públicos na dinâmica social implicou a revisão de vários aspectos que diziam respeito aos diferentes momentos da produção da carne tais como as condições de criação e morte das reses; novas demandas sobre a higienização dos locais de matança; necessidade de centralização, municipalização e fiscalização dos abates; a disciplinarização do trabalho dos abatedores; e o gradual deslocamento dos matadouros para longe do espaço urbano e da visão da população implicando em esmaecimento de preocupações éticas sobre a morte animal. Este artigo analisa a fase inicial desse processo de transformação dos matadouros utilizando como estudo de caso específico a criação do matadouro municipal de Ponta Grossa/PR, em 1888.

Palavras-chave: Matadouro; Historicidade; Espaço urbano.

The municipal abattoir in Ponta Grossa and the history of the killing of animals in the late 19th century

Abstract. The killing of animals for human consumption in the early 19th century was done in a rudimentary form and without any government control. Concern on the rationalization and modernization of urban spaces started to take priority. A greater intervention of sanitary authorities within social dynamics implied in the revision of several aspects on the different moments of meat production, such as conditions for breeding and killing of animals in abattoirs, new requirements on the hygiene of abattoirs, the need for

* Artigo recebido em 01/08/2014. Aprovado em 11/12/2014.

** Programa de Pós-Graduação em História da UEPG, Ponta Grossa/PR. E-mail: lucaserichsen@outlook.com

*** Doutora em História pela Unicamp, Campinas/SP, Brasil. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG, Ponta Grossa/PR, Brasil. E-mail: ale.marumbi@gmail.com

centralization and control by the municipal authorities for abattoirs, control of laborers in abattoirs and the gradual displacement of abattoirs far from urban space and from the sight of the population within ethical concerns on the death of animals. Current paper analyzes the initial phase of this transforming process of abattoirs taking as example the specific case of the municipal abattoir in Ponta Grossa PR Brazil in 1888.

Keywords: Abattoir; Historicity; Urban space.

El Matadero Municipal de Ponta Grossa y la historicidad de la matanza animal centralizada a fines del siglo XIX

Resumen. Hasta la primera mitad del siglo XIX, la muerte de animales para consumo humano era realizada sin control y, generalmente, en forma precaria. En ese mismo período, empezaron a surgir las preocupaciones sobre la racionalización y modernización de los espacios urbanos. La creciente intervención de los poderes públicos en la dinámica social llevó a la revisión de varios aspectos de la producción de carne, tales como las condiciones de los criaderos y mataderos de reses; las nuevas demandas de higiene; la necesidad de centralización, municipalización y fiscalización de los mataderos; la reglamentación del trabajo en estos lugares; su gradual desplazamiento de los centros urbanos y de la vista de la población, lo que implicaba la atenuación de las preocupaciones éticas sobre la muerte de animales. Este artículo analiza la etapa inicial de este proceso de transformación de los mataderos, a partir del caso específico del matadero municipal de Ponta Grossa (Paraná), en 1888.

Palabras Clave Matadero; Historicidad; Espacio urbano.

Introdução

Em meio à proliferação de discursos favoráveis e desfavoráveis em torno da cadeia produtiva e do consumo da carne, ou seja, de um confronto de posicionamentos que Lewgoy e Sordi denominaram de as “guerras da carne” (apud SORDI, 2013, p 11), uma ação banal do cotidiano como ficar diante de um filé, digamos, seja em um supermercado, no açougue ou mesmo em casa, pode levar a uma série de questionamentos. Essas inquietações passam a ser

significativas por contextualizarem mais que um jogo discursivo de forças e emergem na forma de novos problemas.

Hoje em dia, a carne que chega até as pessoas é um produto oriundo de uma “linha de desmontagem” animal (CRONON, 1991 *apud* OTTER, 2006, p. 529), que nos faz obliterar todo o processo que engloba desde a criação do animal, as técnicas de abate, o esquartejamento, o armazenamento, a refrigeração, o transporte, a sua distribuição e consumo – em outras palavras, a carne é apenas uma das coisas que as pessoas compram e consomem diariamente em sua vida moderna. Mas essa comodidade evidenciada na hora de preparar as refeições tem uma historicidade, de forma que se pode perguntar: como era o processo de produção da carne antes de sua industrialização? Ou ainda, de que forma as reses eram criadas e onde eram mortas antes do surgimento dos modernos frigoríficos?

Se a carne tornou-se carne-alimento¹, em algum momento e em espaço específico algo precisou morrer. Como essa morte foi tratada e significada ao decorrer do tempo para chegar ao atual estado de produção da carne? Quais foram as transformações que o espaço de matança sofreu ao decorrer dos anos? Essas questões acabam nos direcionando a uma pergunta que vem a ser mais refinada por meio do rigor do ofício da história e, desse modo, ganha um tom devidamente historiográfico. Assim, qual seria uma possível história dos matadouros? Neste artigo – que, em função da falta de

¹ A distinção entre carne e carne-alimento se faz necessária no momento por conta da narrativa a ser desenvolvida e ao mesmo tempo dar conta de diferentes representações sobre *as carnes* e da produção de sentidos. Ou ainda, não é suprimir a língua falada e evidenciar a língua escrita, mas uma escrita que é “uma tentativa de representação” (BAGNO, 2011, p. 70). Vale ressaltar que a palavra carne é bem utilizada na língua falada brasileira sem diferenciação, algo que também acontece no caso da Dinamarca com a palavra “kod” (SORDI, 2013). Destarte, a palavra carne se refere a esta antes de se tornar carne-alimento, um artefato cultural, objetivado e com uma articulação epistemológica que busca conceituar a carne só como um alimento, ou seja, é a carne que faz parte de uma descolada da ideia de que antes ela fez parte de um organismo vivo e senciente. Essa diferenciação quando apontada em nível semântico também pode ser verificada no inglês, onde o termo *meal* se refere à carne alimento e *flesh* para a carne do corpo (SAHLINS, 2004). O mesmo acontece com os termos carne e vísceras, em inglês, *meat* e *guts*, respectivamente.

uma bibliografia nacional específica sobre o tema, dialoga bastante com produções estrangeiras – pretendemos contextualizar apenas o início desta história.

O exame dos matadouros tem muito a oferecer. Além de ser o espaço onde efetivamente se realiza a operação de transformar um animal vivo em carne para consumo, o matadouro é um local que proporciona análises reais acerca das mudanças econômicas e geográficas na produção de alimentos e dos espaços habitados, das atitudes culturais sobre as práticas que envolvem a morte, das transformações socioculturais em comunidades e cidades, das mudanças de sensibilidade e das relações entre humanos e outros animais. Escrever sobre a historicidade dos processos que envolvem os matadouros é mais que retratar a história desses locais, é também construir narrativas que acrescentem novas abordagens para a história das cidades, seus aspectos culturais, sociais e ambientais.

Dos protomatadouros aos matadouros de fato

De acordo com o censo de 1890, a cidade de Ponta Grossa, no Paraná, contava com uma modesta população de 4.774 habitantes e enquadrava-se no escopo das cidades paranaenses que tinham uma pecuária relegada ao plano da subsistência (SILVA, 1993). Entretanto, no fim da penúltima década do XIX, a “cidade princesina”²² já contava com a existência de um espaço de matança animal concentrada. Aquele fora um século marcado por intervenções das câmaras municipais na salubridade das cidades que se voltavam “contra o lixo, as águas paradas e os animais mortos” (PEREIRA, 2005, p 158). Ou seja, antes da chegada do século XX a cidade já possuía um matadouro municipal em suas imediações.

²² Ponta Grossa localiza-se na região dos Campos Gerais e notabilizou-se pela alcunha de “princesa dos campos”.

A ata de inauguração do edifício do matadouro apresenta as informações que estavam relacionadas aos preceitos legais e burocráticos de tal empreendimento, tais como as questões associadas ao cumprimento das condições contratuais da construção e registra que, na circunstância de abertura do matadouro, contava-se com a participação da população, “presente entre diferentes camadas” (ATA DA INAUGURAÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL, 24 nov. 1888).

A forma como a ata foi redigida denota uma clara distinção entre as camadas populacionais ali representadas, destacando no documento os vereadores, as senhoras, os cavalheiros e o *povo*. E era, de fato, uma ocasião em que a solenidade assegurava a estratificação político-social da população local. O poder público passava a exercer mais autoridade no que concernia às atividades do cidadão e na vida pública; a elite (representada por senhoras e cavalheiros) marcava presença por sua suposta civilidade na inauguração de um local que atestava o caráter modernizador pelo qual passava a cidade; e finalmente o *povo*, ao qual o discurso do governo municipal encontrava formas práticas de demonstrar zelo com os serviços prestados. Assim, ratificava-se uma identidade da gente local, reapresentada por uma imagem da diferenciação do corpo populacional, marco importante, pois:

a construção de uma identidade estabelece uma comunidade de sentido dotada de uma força coesiva e transfiguradora do real. Em outras palavras, a identidade é uma construção imaginária que se apoia sobre os dados concretos do real e os reapresenta por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido (PESAVENTO, 1995, p. 115-116).

Nessa mesma ata observam-se os tradicionais protocolos que envolviam os ritos da municipalidade na condução dos festejos. É dessa forma, com grande comemoração e com o acompanhamento e a musicalidade da Banda Lyra dos Campos, que foi alardeado o início das atividades centralizadas da matança de animais em Ponta Grossa. O ato era político e, como tal, era

necessário chamar a atenção para o que seria uma grande realização por meio de festividades e sons de marchas. Ao mesmo tempo, celebrava as novas formas de abate animal, formas que visavam apaziguar e esmaecer a presença da morte, uma vez que se suponha que a partir de então a morte de animais para consumo humano só poderia ser realizada de forma concentrada e sob o caráter fiscalizador das autoridades municipais.

O contexto da criação do matadouro público de Ponta Grossa possui similaridades com a inauguração do matadouro público do Rio de Janeiro. Nesta cidade tal estabelecimento se deu em 1881 e contou igualmente com a presença de destacadas parcelas da população, tais como “parlamentares, ministros, diplomatas, autoridades e representantes da imprensa” (DIAS, 2009, p. 6). Logo, sendo também capital do Império, a presença do imperador D. Pedro II foi garantida e sua “chegada foi anunciada com fogos e música da banda do 10º batalhão, que acompanharam a cerimônia que se iniciava com as primeiras reses abatidas” (DIAS, 2009, p. 6).

Como se percebe, ambas as solenidades contaram com autoridades, músicas e comemorações. Não seria por menos, pois instaurar locais de matança públicos e fiscalizados por governos fazia parte de um contexto cujas formas de organização e especialização dos espaços, bem como uma preocupação relativa com a salubridade da atmosfera e das águas das cidades, apontavam para um viés que era o de “civilizar o império no detalhe da municipalidade. Urbano, aliás, significava civilizado” (REIS, 1991, p. 276). Ou seja, civilizar fazia parte do projeto de modernização do Império.

Esse processo de maior interferência das autoridades públicas (e/ou comunitárias) na vida cotidiana fez parte de um conjunto de transformações fundamentais pelas quais passaram as sociedades ocidentais e já estava em desenvolvimento desde o século XVI. O Estado interferia cada vez mais em assuntos que antes não eram de sua alçada e, como consequência, traçava novas

fronteiras entre o que era de interesse compartilhado por todos e o que era particular, ou ainda, entre a esfera pública e a privada.

Ao longo do século XIX, esse era um movimento que já acontecia por toda a Europa e lá também se vinculava ao processo de urbanização e aos desafios a ele relacionados que visavam, por exemplo, sanar o problema da falta de higiene, das epidemias e dos riscos para a saúde em geral que a vida nas metrópoles representava para os seus moradores (NIERADZIK, 2012).

Para viabilizar a higienização pretendida, foi fundamental combinar discursos provenientes de vários campos do saber, tais como da engenharia, das ciências naturais e da medicina. As crescentes preocupações dos responsáveis legais pela municipalidade em relação à modernização do espaço citadino e à criação de uma denominada “cidade vital” (OTTER, 2006) eram fortalecidas com “a crença de que os problemas relacionados com o processo de urbanização poderiam ser dominados com soluções técnicas” (NIERADZIK, 2012, p.12).³

Já no final do século XVIII, uma sucessão de problemas no pressinto da cidade de Edimburgo, tais como a acumulação de esterco, sangue, refugos e carniças nas ruas, levaram a capital da Escócia à criação de um ato público denominado de *Act of Parliament*, aprovado em 1782. O ato proibia a matança de reses, o escaldar de porcos, o tratamento de carcaças ou limpeza de entranhas e ordenava que tais atividades deveriam ser feitas em um único local, ao mesmo tempo longe dos habitantes e da região central da cidade (MACLACHLAN, 2005). Quaisquer sobras relativas ao abate de animais, deixadas nas vias públicas, seriam consideradas ofensivas e os transgressores punidos de acordo com o ato.

O princípio da construção dos matadouros públicos marcou o início de um processo de concentração do abate animal e de seu movimento para os

³ Todas as traduções realizadas para o artigo são de nossa responsabilidade.

bastidores do cotidiano (FITZGERALD, 2010). Esse procedimento de centralização foi, aos poucos, isolando a morte do animal e também modificando os próprios matadouros, tornando-os “uma zona separada, alheia, demarcada em relação à comunidade – onde a morte dos animais para produzir carne se coloca à distância da vida social” (GIORGI, 2011, p. 203).

A intervenção do poder público na abertura de espaços centralizados de morte animal interferiu na atividade dos abatedores que existiam, transformando significativamente seu ambiente de trabalho. Era comum a presença de pequenos matadouros privados nas cidades. Nos Estados Unidos, por exemplo, a referência mais antiga a um matadouro comercial, data, segundo Fitzgerald (2010), do ano de 1662, em Springfield, Massachusetts, com o estabelecimento de um matadouro de porcos de propriedade de Willian Pynchon. Há, pouco depois, a referência da cidade de Nova York que, em 1676, entrava em um processo de realocação dos matadouros para partes menos populosas da região (HOROWITZ, 2006 *apud* FITZGERALD, 2010, p. 60).

Porém, em quase todos os lugares as práticas ou tentativas de concentrar os abates – ou a matança⁴ – continuavam a coexistir com aquelas que eram tradicionalmente feitas em “agrupamentos ao redor de velhos mercados e postos comerciais de animais como *knackerys* e curtições” (OTTER, 2006, p.527). Os matadouros eram, na maioria das vezes, locais como galpões ou celeiros sujos, velhos e precariamente adaptados ao abate. Outras práticas bastante corriqueiras na obtenção da carne eram os abates de “fundo de quintal”, os de pequenas instalações que se localizavam atrás ou próximas dos locais de venda e, por fim, aqueles que não ficavam só nos arredores, mas nos próprios mercados, onde a rês era morta, imediatamente trinchada e vendida por conta da ausência de meios para sua conservação (MACLACHLAN, 2007).

⁴ Em inglês, o termo matança é referido como *butchering*, que vem da palavra *butcher*, que pode significar tanto açougueiro como carniceiro. Dessa forma, o sentido do termo compreende ambas as práticas realizadas por um mesmo sujeito.

Até a criação do matadouro municipal em 1888, Ponta Grossa não dispunha de espaços onde ocorriam matanças centralizadas, nem mesmo os particulares. Entretanto, a cidade já possuía açougues onde a carne era vendida para a população. Convém notar, por meio de uma ata da câmara de vereadores, datada de janeiro de 1887, que dizia respeito a uma fiscalização dos açougues particulares e sobre a licença que eles deveriam ter:

O senhor vereador Guimarães Villela apresentou o seguinte: indico que se deve ao fiscal para [?]⁵ aos proprietários d' açougue que não perderão das licenças e a qualquer outra pressão que concerne para vender em açougue (ATA, 14 jan. 1887).

Conforme nota-se pela ata em questão, a municipalidade já regulava a venda de carne feita por locais privados no perímetro citadino, por mais que a matança ainda não fosse centralizada e municipalizada. Porém, fato curioso, a cidade tinha um açougue público. Uma ata de 10 de janeiro de 1887 refere-se ao local: “Mandou-se affixar editaes para arrematação das rendas do mercado e açougue pela quantia de 1:500\$000”.

A arrematação de rendas parecia ser uma prática comum na cidade, conforme se percebe nesta e em outras atas que datam por volta do fim do século XIX e se referem à iluminação pública ou a limpeza da cadeia. Os gestores da municipalidade obteriam com essas atividades uma forma de desafogar o orçamento do município e as responsabilidades do poder público, já que o arrematador deveria sempre repassar uma parte das rendas para a cidade.

A existência de um mercado e de um açougue municipais nos permite inferir que a carne vendida nesses espaços precisava vir de algum lugar próximo. Isso deve ser levado em conta, pois ainda que diferentes formas de

⁵ A existência de interrogação na transcrição de documentos significa uma palavra ou termo não legível.

preservação de carne estivessem em desenvolvimento⁶ em outros países da América do Sul (visando, sobretudo as criações localizadas na Argentina⁷) e, por mais que desde a metade do século XIX já existissem alguns métodos de conservação a frio da carne visando principalmente o transporte marítimo⁸, nenhum deles era bem disseminado no Brasil (DIAS, 2009; JONES, 1929). Assim, tais dificuldades nos levam a pensar sobre os possíveis fatores para a procedência das reses em Ponta Grossa.

Segundo Pereira, durante o século XVIII, “os campos paranaenses do segundo planalto eram caracterizados pela existência de grandes sesmarias voltadas à pecuária bovina” (1999, p.199). As fazendas do entorno eram voltadas para a pecuária de criação e para a invernagem⁹ de gado trazido do extremo sul, uma prática que também se fez muito presente nos eixos que

⁶ Na metade do século XIX, os métodos que estavam sendo desenvolvidos foram estimulados por interesses do governo argentino que, na década de 1860, ofereceu um prêmio àqueles que apresentassem o melhor processo de preservação de carne destinada para exportação. Por mais que a competição não tenha sido bem sucedida, o interesse no problema foi estimulado, de forma que alguns recursos foram inclusive patenteados. Esses métodos trabalhavam com diferentes procedimentos, entre os quais: pressão e evaporação em pedaços de carne para reduzir seu tamanho, injeção de salmoura no gado morto, retirada de oxigênio das latas de carne em um processo denominado de Sloper e a imersão de carne fresca em parafina derretida em uma temperatura de 116°C. Nesse último caso, a parafina formava um revestimento livre de aparência desagradável e que poderia ser removido ao ser imergido em água quente (JONES, 1929). Entretanto, essas técnicas ainda não eram totalmente efetivas como foi o surgimento da refrigeração e a cura atual de carne.

⁷ Vale ressaltar que a Argentina também se destacava nesse processo por conta da necessidade de importação de carne para a Grã-Bretanha e outros países da Europa. Isso se deu por conta das preocupações referentes ao aumento populacional e doenças que afetavam o gado. Assim, se fez necessária a exploração de fontes animais praticamente inesgotáveis (JONES, 1929), um processo que levou a transformação da paisagem – por meio do desmatamento – em área de pasto e de cultivo, e expulsão ou extermínio violentos da população e animais nativos (CRONON, 1991 *apud* OTTER, 2013; PERREN, 2006 *apud* DIAS, 2009, p.. 31).

⁸ Em 1859, o cientista e engenheiro Charles Tellier já vinha desenvolvendo um refrigerador baseado na absorção de amônia e, em 1867, ele produziu uma instalação de refrigeração utilizando a compressão de amônia. Essas inovações tiveram seu derradeiro impacto por volta da década de 1870, quando um navio a vapor denominado *Frigoisque*, viou por mais de 100 dias transportando carne refrigerada de Buenos Aires para Rouen, na França. No mesmo período, o navio *Paraguay*, equipado também com uma máquina refrigeradora, transportou 5.500 carcaças congeladas para Marselha (JONES, 1929; DIAS, 2009).

⁹ A invernagem consistia na criação e engorda do gado durante os meses de inverno.

ligavam as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil (LOPES, 2009). Entretanto, na região dos Campos Gerais, “a ambição pelos possíveis lucros, assim como a menor exigência de capital e mão de obra, fez com que a invernagem se sobressaísse àquela atividade de criação” (DITZEL; LAMB, 2014). Com isso, a prática deixou de ser efetivada somente nos períodos mais frios e “passou a ocorrer durante o ano inteiro, ocupando a maior parte das pastagens na região campeira” (DITZEL; LAMB, 2014).

A invernagem se mostrava mais lucrativa pelo fato de fragmentar o processo maior da produção da carne, de forma que “o gado engordado pelo invernista, vendido às vezes ao boiadeiro de gado gordo, é revendido a marchante, que o abate e revende por sua vez aos açougueiros” (IBGE, 1986, p. 428). O documento intitulado “O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias”, mesmo se tratando de uma publicação de 1908,¹⁰ já relatava sobre as formas em que se desenvolvia o processo de produção da carne principalmente naquilo que dizia respeito aos anos anteriores das invernadas inclusive ressaltando que “o comércio de gado no interior continua como na época colonial, apenas com uma leve variante quanto ao detalhe da forma fiscal em Minas Gerais” (IBGE, 1986, p. 428). Destarte, as invernagens praticadas durante o contexto da criação do matadouro público de Ponta Grossa sobressaiam principalmente em relação com a negociação de gado para com aqueles que passavam por nossas regiões e levavam as reses para as feiras em outros Estados. Logo, é possível inferir que a criação de reses para venda era relacionada com a procedência do gado abatido na região da cidade, uma atividade que possivelmente contava com o transporte do gado das regiões mais rurais até o perímetro urbano de Ponta Grossa.

¹⁰ Na comemoração de seu cinquentenário, em 1986, o IBGE republicou uma série de obras na Coleção de Séries Estatísticas Retrospectivas. A citação em questão diz respeito ao volume 2 *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*, tomo 2 – Indústria Agrícola, cuja publicação original data de 1908. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v2_t2.pdf. Acessado: 10 dez. 2014.

Essa observação é necessariamente correlata com a ausência de meios para conservação das reses mortas na cidade. Diferentemente da forma como o trabalho dos magarefes¹¹ é feito e referenciado atualmente, era necessária realizar a matança dentro do espaço urbano e próximo de onde os pedaços das carcaças seriam comercializados, uma prática que era geralmente marcada pela participação do abatedor em todas as fases da transformação do animal morto em carne e na venda da mesma.

A carne é extremamente perecível, é matéria retirada de um corpo morto e, como tal, entra rapidamente em processo de decomposição. Por consequência e necessidade, os abatedores mantinham as instalações de matança próximas do local de venda. Esses matadouros privados eram “tipicamente pequenas instalações controladas e operadas por abatedores independentes e localizados atrás ou abaixo de um açougue” (MACLACHLAN, 2007, p 227).

No caso da cidade de Ponta Grossa é possível verificar que, ainda no ano de 1887, a matança de reses se dava nesses precários protomatadouros¹²

¹¹ Atualmente, a palavra magarefe acopla as variantes do termo abatedor animal ao mesmo tempo em que faz referência às diferentes especializações de abates bovinos, suínos e de aves. De acordo com a atual COB (Classificação Brasileira de Ocupações), a descrição sumária de magarefe seria: “Abatem bovinos e aves controlando a temperatura e velocidade de máquinas. Preparam carcaças de animais (aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos) limpando, retirando vísceras, depilando, riscando pequenos cortes e separando cabeças e carcaças para análises laboratoriais. Tratam vísceras limpando e escaldando. Preparam carnes para comercialização desossando, identificando tipos, marcando, fatiando, pesando e cortando. Realizam tratamentos especiais em carnes, salgando, secando, prensando e adicionando conservantes. Acondicionam carnes em embalagens individuais, manualmente ou com o auxílio de máquinas de embalagem a vácuo. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental” (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2010, p. 498. Vol 2). É também uma variação da palavra carneador. Vale notar que em inglês, o termo *butcher* aplica-se tanto a quem realiza a matança quanto ao vendedor, enquanto que no espanhol a palavra que atribui esses sentidos é a de *carnicero*.

¹² Por mais que o termo *matadouro* possa ser usado invariavelmente e faça referência aos espaços de matança nos mais diferentes períodos, buscamos desenvolver o conceito de *protomatadouro* para não somente dar conta das especificidades dos acontecimentos e dos casos desses matadouros em Ponta Grossa, mas principalmente por causa das diferenças que marcam as formas de matança animal, seus espaços e historicidade. Isso também se desenvolveu na forma da constituição de mecanismos intensificadores na visão dos autores sobre as fontes e para os

privados, principalmente os localizados em fundos de quintal e naqueles que matavam porcos nas praças.

O vereador Santos Ribas indicou verbalmente, que se fizesse sentir ao Fiscal sobre o cumprimento das posturas na matança do gado para consumo feita nos quintais e assim como a de porcos nas praças. Entrando em discussão foi unanimemente aprovado (ATA, 21 abr. 1887).

Naquele momento, a cidade ainda se enquadrava em um contexto operacional em que a matança era realizada no que podem ser denominados de protomatadouros. Ou seja, matadouros que ainda não trabalhavam com matança animal concentrada, nem racionalizada ou disciplinarizada, sem os devidos cuidados com a higiene e em nada preocupados com o sofrimento das reses.

A questão relacionada com o sofrimento das reses na hora do abate pode parecer, em um primeiro momento, deslocada de todo esse processo de produção da carne no final do século XIX e até mesmo digna de anacronismo. Entretanto, cabe destacar o caso a Alemanha Imperial de 1886, onde vários discursos circulavam denunciando o sofrimento a que estavam expostas as reses no momento de morrer, ao mesmo tempo em que questionavam como isso deveria pesar sobre a importância dos produtos derivados de seus corpos (BRANTZ, 2002, p.162). Articular efetivamente esse dilema naquele contexto seria uma forma de negociar um *ethos* social que justificaria a matança de animais em larga escala e simultaneamente ambicionaria um desenvolvimento da humanidade e da civilização.¹³

leitores do texto, o que nesse caso também vem a servir como dispositivos atuantes na intensificação da especificidade das ações representadas. Ou seja, “a narrativa histórica constrói-se, diz Veyne, por intermédio de conceitos cuja função é revelar a ação” (CARDOSO, JR, 2003, p. 107).

¹³ Atualmente, podemos pensar no denominado abate humanitário que produz uma lógica “paradoxal entre a economia do sofrimento animal – o humanitarismo – e a eficiência, súmula da lógica do capital industrial” (DIAS, 2009, p. 60).

Ainda que em Ponta Grossa não tivessem aparecido as mesmas preocupações em relação aos abates e seus métodos, os cuidados referentes à higiene começaram a surgir mais claramente durante o ano de 1887. Nesse ponto, a semelhança não se dá mais somente com os locais das práticas, mas também em relação às percepções sobre o estado do local onde ocorria a matança.

O vereador Santos Ribas apresentou o seguinte: sendo prejudicial a saúde pública a matança de porcos na mangueira do mercado e de grande prejuízo a conservação dos mesmos na dita mangueira, por estragarem muito o edifício que serve de mercado, indica a Camara o estabelecimento de uma mangueira especial para esse fim, contigua a mangueira pública, por ficar algum tanto afastado da Cidade. Entrando em discussão foi a comissão de obras públicas (ATA, 18 abr. 1887).

Além das matanças promovidas em quintais e praças, as reses suínas também eram mortas em outros locais, como no mercado da cidade. Nota-se que a morte de porcos era feita nas próprias mangueiras, o mesmo espaço onde os animais viviam confinados e realizavam atividades cotidianas tais como dormir, se alimentar, beber, satisfazer necessidades fisiológicas, se reproduzir e chafurdar na lama. Notadamente o mercado municipal abrigava em seu âmbito um inapto espaço de matança, o que levava a implicações de saúde também sobre os danos causados no edifício (algo que obviamente afetava o orçamento do município com manutenções), como bem aponta as preocupações do documento.

Por medida provisória, foi ordenada a construção de uma mangueira exclusiva para a matança, mas ainda localizada somente a certa distância do principal ponto comercial da cidade. Porém, pode-se imaginar que os incômodos causados pelo abate de porcos no perímetro urbano de Ponta Grossa já apontavam para além de preocupações unicamente de caráter financeiro, fazendo emergir as primeiras inquietações sobre a saúde pública e de salubridade urbana quando referidas à matança de animais para consumo. Por

mais que fosse uma cidade localizada relativamente perto da capital do Estado, essas resoluções e preocupações ainda eram muito tímidas no que concernia à realização dos abates e às perturbações correlatas, principalmente quando nos remetemos novamente àquilo que João José Reis (1991) se refere como uma urbanização do império no detalhe da municipalidade.

Esses detalhes da precariedade da história dos protomatadouros de Ponta Grossa tornam-se ainda mais latentes quando notamos um aspecto relacionado às discussões versadas em torno da saúde do ambiente citadino e dos morigerados que já eram levantadas também em outras câmaras municipais do Estado. Nas cidades de Curitiba e Castro surgiram, na metade do século XIX, as primeiras posturas do período imperial. Seus vereadores já estariam profundamente autoimbuídos do papel de agentes civilizadores não só cuidando da perseguição às manifestações culturais da população, como o fandango, mas também da adoção de ideais referentes à salubridade e que eram análogas àquelas em voga na Europa do século XVIII e da maior parte do XIX (PEREIRA, 1999).¹⁴

Nesse sentido, uma ata do dia 23 do mês de março de 1887 da câmara de vereadores de Ponta Grossa apresenta alguns detalhes sobre obras em um cemitério da cidade.¹⁵ Havia a necessidade de o município possuir um novo local para sepultamentos por conta de problemas decorrentes com a ocorrência de enxurradas que atingiam os túmulos e as covas rasas do cemitério da Igreja

¹⁴ A isso indicamos outro aspecto merecedor de destaque e que diz respeito às cidades dos Campos Gerais. Já havia proibições e penalizações com relação à presença de tropas, cavaleiros e cavalos no espaço urbano e que buscavam a separação dos “centauros” (ou seja, homem de um lado e cavalo do outro). Assim, se por um lado o ser centauro (relação quase “simbiótica” de homens e cavalos) era incompatível com os preceitos de urbanização, da sociedade que se pretendia civilizada e moderna, por outro, a matança e os protomatadouros ainda estavam incorporados nessas regiões em um paradoxal e complexo ideal de modernidade.

¹⁵ A ata em questão não especifica o cemitério, porém ao cruzar informações é possível inferir que a discussão refere-se ao cemitério São José que, mesmo estando em atividade desde 1881 (CARNEIRO, 2013), só teve sua inauguração oficializada em 12 de outubro de 1890 (PETRUSKI, 2008) após uma série de obras que viabilizaram sua utilização definitiva e a desativação do cemitério São João, também no mesmo ano (Michelis, 2011).

Matriz e, volta e meia, deixavam os restos mortais e ossadas aparecendo (MICHELIS, 2011). Vale lembrar as preocupações da ciência médica do período que relacionava a emanação dos gases da putrefação dos corpos com uma poluição do ar que contaminava os vivos e causava doenças e epidemias (Reis, 1991).

O fato é que, pouco antes de entrar no século XX, Ponta Grossa ainda tinha diferentes tipos de carne expostos, fossem elas resquícios dos abates ou dos corpos dos cemitérios, constituindo a paisagem urbana e os espaços da cidade.

A preocupação e a necessidade de intervenção do poder público nas questões de salubridade evidenciavam-se naquela ata, pois no mesmo dia registraram-se as primeiras propostas apresentadas por diferentes cidadãos sobre a construção do primeiro matadouro público de Ponta Grossa e as vantagens que a construção do edifício iria trazer ao município.

Ao que consta, um contrato seria assinado com uma cláusula de que os rendimentos do matadouro seriam repassados à secretaria de obras públicas no “longo prazo de vinte anos” (ATA, 21 mar. 1887). A leitura dos documentos nos permite também perceber que a construção de um matadouro público era averiguada desde o apontamento dos principais ganhos que um espaço de matança animal municipalizada poderia trazer para Ponta Grossa. Essas vantagens que a câmara analisava eram referentes desde o repasse de rendimentos dos abates até as dimensões que os matadouros viriam a ter. Há trechos da ata que relatam o caso da “pequenes do edifício segundo a planta que apresentou” o cidadão Augusto Frederico Bahls em comparação com o projeto de Cesar Mariano Ribas que apresentou “uma planta, que demonstra a qualidade e dimensão do edifício” (ATA, 21 mar. 1887). Era necessário um matadouro que não fosse de pequeno porte, algo que iria afetar diretamente a quantidade de abates e, consequentemente, os rendimentos.

Ainda sobre os lucros da atividade, podemos destacar que, enquanto Ribas repassaria 10% dos valores por 14 anos depois do sexto ano de abertura do matadouro, Bahls destinaria ao município os valores somente por dez anos, deixando a proposta do primeiro em vantagem. Dessa forma, os números apresentados para cálculo prévio dos rendimentos dos abates tomam por base o ano anterior e assim “verifica-se que em 1886 abaterão-se para consumo 508 reses com rendimentos em torno de 1:00\$000, uma proposta repassando 10% daria na casa de 100\$000” (ATA, 21 mar. 1887).

Entretanto, ainda era necessária uma segurança com relação à fiscalização por parte do poder municipal para garantir a quantidade de reses abatidas, bem como a veracidade dos rendimentos e o repasse de parcelas dos mesmos para a cidade. Preocupações que ficam claras em dois momentos da ata. Primeiramente, no trecho que se refere à proposta de Cesar Mariano Ribas: “E de que modo poderia verificar a camara a exatidão de rendimentos do matadouro, quando os termos da proposta desse cidadão nenhuma fiscalização pode ella ter no estabelecimento” (ATA, 21 mar. 1887).

Em um segundo instante do documento, o exame do projeto de Theodoro Carneiro Guimarães parece agradar a vereança e ir de acordo com os interesses da mesma, pois o proponente

se obriga a construir o matadouro debaixo da [?] direta fiscalização da camara; a conservalo com accio sob pena de multa; a entrega-lo no fim do privilegio em perfeito estado de construção digo conservação, para o que sujeita-se a fiança idônea, alias necessária neste e em quaisquer contractos lavrados com a municipalidade (ATA, 21 mar. 1887).

As garantias apresentadas pelos autores tinham tanto peso nas avaliações que a proposta de Cesar Ribas, mesmo sendo a mais rentável, veio a ser descartada por conta de problemas referentes à proposta de construção e exercício do matadouro, bem como garantias, responsabilidades ou preocupações naquilo que compreendia a câmara de vereadores. Assim, mesmo

a vereança reconhecendo a idoneidade do cidadão, isso não bastava, pois aprovar uma proposição destas significaria proceder sobre algo “sem precedente, em muitos casos, perigoso” (ATA, 21 mar. 1887). Algo que pesou ainda mais ao ser registrado que:

esse cidadão quer o privilegio somente de acordo somente com as condições de sua proposta, o que quer dizer que nenhuma outra garantia ou responsabilidade offerece alem das estabelecidas na referida sua proposta (ATA, 21 mar. 1887).

Por fim, o documento conclui com o parecer de que “se aceite a proposta do cidadão Theodoro Carneiro Guimaraes como a mais vantajosa” (ATA, 21 mar. 1887). As preocupações de aspecto financeiro não eram por menos, pois, até a inauguração das ferrovias em 1893, Ponta Grossa não detinha muito destaque, característica de Castro, por exemplo, que era considerada política e economicamente a mais importante cidade dos Campos Gerais (CHAVES, 2001). Isso é corroborado quando o tópico financeiro e as preocupações decorrentes dos gastos com a construção do espaço de matança ainda repercutiam pouco mais de um mês depois das decisões da vereança. A leitura de um ofício, realizada por um vereador referido somente por Miranda, no dia 25 de abril de 1887 e que fazia referência aos “papeis oriundos d’ Assembleia Provincial sobre o matadouro” (ATA, 25 abr. 1887) realçava, inclusive em tom de alerta, que:

Não convindo aos interesses d’esta municipalidade na concessão de privilegio para matadouro publico d’este município pois que vem affectar as rendas d’esta comarca já tão diminutas e bem assim aos interesses particulares dos consumidores, entendendo que é de base propicia aos interesses do município que o faça sentir aos poderes competentes a conveniência desta própria camara construir o mencionado matadouro solicitando em tempo de poderes reaes (ATA, 25 abr.. 1887).

Os aspectos financeiros pesavam tanto que no dia 24 de abril de 1888, praticamente um ano depois, uma ata registra sobre um relatório fiscal da

comissão de obras públicas ao que seguiu a indicação de um vereador apontando sobre o matadouro e a necessidade de se fazer um “empréstimo de 4:00\$000, ao juro mesmo que se poder obter, para se levar a efecto essa obra, devendo ser pago os juros pelo rendimento do mesmo” (ATA, 24 abr. 1888).

Não é apenas na esfera econômica que a documentação permite depreender sentidos, pois as questões referidas nas atas também denotam relações de poder. Por um lado, aqueles que apresentavam propostas para a construção do matadouro inseriam seus interesses nos projetos ao mesmo tempo em que deveriam atender certas expectativas dos vereadores para que suas ofertas fossem aceitas. Do outro lado, o jogo de forças contava com a política institucionalizada buscando ampliar o corpo do poder público que buscava galgar novas alçadas e mostrar destreza ao autorizar somente aqueles cidadãos que não fossem interferir diretamente com os interesses pautados na cidade e que se dispusessem a agir sob os olhares da fiscalização. Dentre tudo isso, é possível notar que entre 1887 e 1888, a cidade ainda estava imersa em uma série de discussões sobre a necessidade e a viabilidade da construção de um matadouro.

Essas características se destacam ainda mais quando percebemos casos de outras cidades estrangeiras e que já se prolongavam nos aspectos referentes à centralização e deslocamento dos abates, como, por exemplo, o do matadouro municipal da capital escocesa Edimburgo que fora inaugurado em 1852; o de Manchester, em 1872 (MACLACHLAN, 2007); São Francisco que no final dos anos 1860 já havia criado uma série de leis estabelecendo um único local da cidade para a manutenção e a matança de animais, e assim concentrando todos os *butchers* em uma única e ao mesmo tempo distante localidade do crescente perímetro urbano – um espaço que veio ser denominada de *New Butchertown*¹⁶ e

¹⁶ Até o ano de 1867, a *Butchertown* e posteriormente denominada de Old Butchertown acabou conectada ao crescente perímetro urbano de São Francisco que entre os anos de 1860 e 1870 já tinha mais de 90.000 habitantes. O local era conhecido por ser constituído de pequenos

que buscava tratar dos problemas de saúde pública relacionados aos matadouros com a construção dos mesmos sobre as águas da baía da cidade de forma a facilitar o despejo de resíduos (ROBICHAUD, 2010); e *La Villette* em Paris, inaugurado no ano de 1867 (ROBICHAUD, 2010; MACLACHLAN, 2007) que serviu de referencial durante o resto do século na constituição das formas de matança e venda de reses por toda a Europa; Birmingham, cujo matadouro público data de 1895 e ainda a cidade de Leeds, que só teve seu matadouro público em 1898 (MACLACHLAN, 2007).

Ou seja, os anseios por salubridade ligados aos espaços de abates e aos transtornos que a morte não humana gerava já se faziam sentir em muitas cidades da Europa. Na capital inglesa de meados do XIX, por exemplo, um relatório sanitário de 1842 apontava os distúrbios relacionados aos incômodos impostos pela matança, todos sempre “ligados com cheiros repugnantes, desagradáveis subprodutos de carcaças nas ruas, obstrução de vias públicas por carne exposta à venda e o risco para os pedestres causado pela condução de gado através das ruas” (MACLACHLAN, 2007, p 240). O relatório classificava os incômodos em três categorias: público, comum e privado. Desse modo, “um incômodo público seria aquele que afetasse todo o reino, incômodos comuns afetariam todos os passantes e os incômodos privados afetariam indivíduos em particular” (MACLACHLAN, 2007, p.239). Na cidade de São Francisco, “em torno da década de 1860, as doenças já não eram mais culpa de um indivíduo, mas um problema social e ambiental que poderia ser resolvido por mudanças nas redondezas” (ROBICHAUD, 2010, p. 3). Já no caso de Edimburgo, sabe-se que o “grande volume de resíduos dos matadouros e de subprodutos de

matadouros (small-scale slaughterhouses) ao longo da costa das águas de Mission Creek. Em 1868, pouco antes do estabelecimento das leis referidas no texto, os matadouros localizados ao longo das lentes águas da enseada tornavam necessárias duas ou três marés para levar embora os restos dos abates da baía, sendo que uma grande quantidade dos mesmos ficava apodrecendo sob o sol, soltando gases pestilentes, envenenando a atmosfera da cidade e causando doenças onde estivesse infestado.

carcaça nas estreitas ruas da cidade, *vennels* e becos eram considerados desagradáveis à vista e algumas vezes bloqueavam o trânsito” (MACLACHLAN, 2005, p.58).¹⁷

São notáveis as similaridades das perturbações no caso da capital escocesa e outras localidades na forma como todos esses aspectos geravam grandes transtornos para essas crescentes cidades que desejavam civilidade e vitalidade. Além do mais, nessas cidades onde se denotava a chegada da modernidade, as matanças foram lançadas sob uma luz pejorativa e os matadouros foram gradualmente excluídos da vida urbana (MACLACHLAN, 2010).

Considerações finais

A contextualização da construção de primeiro espaço público de matança animal centralizada de Ponta Grossa indica que esse evento está inserido em um processo histórico cuja duração marcou o surgimento de matadouros em outras cidades durante a segunda metade século XIX. Em quase todos os lugares, a municipalização das práticas de abate significou maior intervenção do poder público no controle da produção e da circulação dos suprimentos alimentícios no contexto urbano. As preocupações sanitárias que visavam promover a higienização das cidades e dos próprios locais de abate também foram decisivas nas transformações dos matadouros. Entretanto, na dinâmica da historicidade desse movimento mais amplo é possível destacar a especificidade do caso pontagrossense.

A principal diferença a ser sublinhada é que no contexto estrangeiro o surgimento dos matadouros públicos foi concomitante ao deslocamento da prática do abate dos centros urbanos para as periferias e a um processo de

¹⁷ Vennels são pequenas passagens formadas por conta das paredes laterais dos prédios encontradas somente na Europa. A palavra não possui tradução para o português, assim o original foi mantido.

racionalização e disciplinarização da matança. A criação do matadouro público em Ponta Grossa, por sua vez, atuou apenas na intenção da centralização e da municipalização das matanças, enquanto que os fatores relacionados à disciplinarização e racionalização nas formas de abate entraram em questão efetivamente somente na metade da década de 1930 com a inauguração de um segundo matadouro municipal e a instauração de novas posturas.

Ou seja, a historicidade dos matadouros de Ponta Grossa, ainda que envolta em um processo de modernização dos abates, destaca-os sob o signo da diferença tanto na forma de suas especificidades de caso como na distinção temporal instauradora de seus acontecimentos.

Referências

- ATAS DO MATADOURO MUNICIPAL. Ponta Grossa, 1887, 1888.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico*: o que é, como se faz. 54^a. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- BRANTZ, Dorothee. Stunning Bodies: Animal Slaughter, Judaism, and the Meaning of Humanity in Imperial Germany. *Central European History*, v. 35, n. 2, p. 167–194, June. 2002.
- CARDOSO JR, Hélio Rebello. *Enredos de Clio*: pensar e escrever a história com Paul Veyne. São Paulo: Edunesp, 2003.
- CARNEIRO, Maristela. Construções tumulares e representações de alteridade: materialidade e simbolismo no Cemitério Municipal São José, Ponta Grossa/PR, 1881-2011. *Inter-legere*, Natal, n. 12, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/12/pdf/dt03.pdf>. Acessado: 28 mar. 2014.
- CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada*: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, v. 2. Brasília: MTE, 2010. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf#>. Acessado: 10 dez. 2014.

DIAS, Juliana Vergueiro Gomes. *O rigor da morte: a construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira*. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. *Ocupação dos Campos Gerais*. Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/verbetes/am/campos_gerais_ocupacao.htm. Acessado: 28 mar. 2014.

FITZGERALD, Amy. J. A Social History of the Slaughterhouse: From Inception to Contemporary Implications. *Human Ecology Review*, v. 17, n. 1, p. 58-69, 2010.

GIORGI, Gabriel. A vida imprópria. Histórias de Matadouros. In: MACIEL, Maria, Esther. *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011, p. 199-220.

IBGE. *Série estatísticas retrospectivas*, v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v2_t2.pdf. Acessado: 10 dez. 2014.

JONES, E. G. The Argentine Refrigerated Meat Industry. *Economica*, n. 26, p. 156-172, Jun. 1929.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2009.

MACLACHLAN, Ian. A bloody offal nuisance: the persistence of private slaughter-houses in nineteenth-century London. *Urban History*, v. 34, Issue 02, p. 227-254, Aug. 2007.

MACLACHLAN, Ian. *The greatest and most offensive nuisance that ever disgraced the capital of a kingdom?: The slaughterhouses and shambles of modern Edinburgh*. 2005. Disponível em: https://www.uleth.ca/dspace/bitstream/handle/10133/328/Edinburgh_slaughterhouses.pdf?sequence=1. Acessado: 28 mar. 2014.

MICHELIS, Fernando. O Cemitério Municipal São Jose: espacialidade, religiosidade e seus vários enfoques culturais. *Semana de Geografia. Geografias não mapeadas?* Ponta Grossa: DEGEO/DAGLAS, 2011. Disponível em: <http://eventos.uepg.br/semanageo/anais/arquivo12.pdf>. Acessado: 28 mar. 2014.

NIERADZIK, Lukasz. *Butchering and the Transformation of Work in the 19th Century: The Viennese Slaughterhouse Saint Marx*. Disponível em: http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_2_No_17_September_2012/2.pdf. Acessado: 15 ago. 2013.

OTTER, Chris. *The vital city: public analysis, dairies and slaughterhouses in nineteenth-century Britain*. Disponível em: http://ganymedes.lib.unideb.hu:8080/udpeer/bitstream/2437.2/12030/1/PEER_stage2_10.1191%252F1474474006cgj373oa.pdf. Acessado: 15 ago. 2013.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O Centauro desfeito. A desconstrução da Cultura Gaúcha do Paraná no século XIX. *Anuario de Historia de América Latina*, N. 36, P. 197-218, 1999.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1828-1889*. Curitiba: Ed. UFPR, 2005.

PESAVENTO, Sandra. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no brasil (séculos XIX e XX). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 115-127, dez. 1995.

PETRUSKI, Maura Regina. Cemitério Municipal São José: um espaço da egiptomania em Ponta Grossa. *História, imagem e narrativas*, Londrina, ano 3, n. 7, p. 1-18, set./out. 2008. Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao7setembro2008/egiptomania.pdf>. Acessado: 28 mar. 2014.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROBICHAUD, Andrew. Trail of Blood The Movement of San Francisco's Butchertown and the Spatial Transformation of Meat Production, 1849-1901. *Spatial History Lab*, Stanford, 1 abr. 2010. Disponível em: <http://www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=31>. Acessado: 28 mar. 2014.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SILVA, Edson Armando. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa. 1904-1973*. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, 1993.

SORDI, Caetano. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos*. Estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. Porto Alegre, 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.